



ACÓRDÃO Nº634/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12952/2021.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração
- 3- **Embargante:** Bruno Luís Litaiff Ramalho.
- 4- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280 e Ana Gresy Carvalho da Silva – OAB/AM 12.438
- 5- **Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares
- 6- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimento. Determinação.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora , **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** dos Embargos de Declaração, interposto pelo **Senhor Bruno Luís Litaiff Ramalho**, Prefeito do Município de Carauari e Ordenador de Despesas, à época, em face da decisão do Parecer Prévio nº 118/2022 – TCE – Tribunal Pleno, às fls. 6728/6729 e Acórdão nº 118/2022 – TCE – Tribunal Pleno, às fls. 6730/6732 da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Carauari, referente ao exercício de 2020, por preencher os requisitos legais, visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no Regimento Interno da Corte de Contas, para que no mérito;
- 7.2. **Negar Provimento** aos Embargos de Declaração, interposto pelo Senhor **Bruno Luís Litaiff Ramalho**, diante dos motivos expostos no relatório-voto, mantendo-se a decisão do Parecer Prévio nº 118/2022 – TCE – Tribunal Pleno, às fls. 6728/6729 e do Acórdão nº 118/2022 – TCE – Tribunal Pleno, às fls. 6730/6732, na forma como foi protocolado;
- 7.3. **Determinar** a Secretaria do Tribunal Pleno - Sepleno, que dê ciência desta decisão ao Senhor **Bruno Luís Litaiff Ramalho**, Prefeito do Município de Carauari e Ordenador de Despesas, à época, referente ao



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº634/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

exercício de 2020.

8- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 3 de Abril de 2023

10- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral